

# A face e a consciência da discriminação

---

António Pedro Dores, 2016

A expressão facial dos discriminados revela e denuncia, ou não, que estão a ser mal-tratados? Quando uma mulher, ou um preso, diz que caiu da escada para explicar um olho negro, que credibilidade e atenção merece dos vizinhos, dos amigos, das autoridades e da sociedade? O que se esconde por de trás de explicações tão estereotipadas? Como é possível esconder as causas daquilo que está e ficará visível na face por uns dias, à vista de todos?

A face, o primeiro cartão de visita de uma pessoa, é objecto privilegiado de cosméticas – no sentido de tornar apazível o caos da vida de cada um. Desde pó de arroz ou creme para a face até esbanhar a barba ou intervenções cirúrgicas. Parte dessa cosmética é social: as pessoas esforçam-se por e conseguem não ver aquilo que está à vista. De tal modo que mesmo que queiram ver ou lhes chamem a atenção para o que estão a ver, dificilmente se rompe com a invisibilidade das discriminações (por exemplo, contra os sem abrigo, dispensados de usufruírem do direito à habitação). Por educação, por ignorância, por repugnância, por alheamento, por falta de responsabilidade, desde que não lhes olhemos a face, é fácil ignorá-los.

Na face se mostram a história pessoal e as intenções de cada um. Ao mesmo tempo, que se escondem ou exageram certos traços, para produzir efeitos de poder e/ou de escamoteamento. Observar com alguma atenção a face de outrém, face-a-face, torna a discriminação mais evidente. Mesmo que não haja nada a fazer.

Dada a riqueza da face e a sua disponibilidade em público, capaz de servir de instrumento de desencobrimento de processos de violência que não deviam ser tolerados, mais estranho se torna registar como a face não tem sido objecto de estudos mais intensivos e centrais nas ciências sociais (Dores, 2013). Este texto procura abrir espaço para alguma luz no caos reprimido da vida quotidiana, socorrendo-se sobretudo da noção de naturalização das discriminações, isto é, da troca das suas verdadeiras causas – sociais e de poder repressivo – por causas extra-humanas. Causas como o destino. Na época da ciência a desculpa é sobretudo a natureza. Os discriminados são, pois, excluídos da sociedade e tornam-se membros da natureza. Purificando a sociedade. E as nossas consciências.

As faces são extremamente expressivas. Pelo uso exuberante que delas fazem certas culturas e grupos. Ou pela contenção e destreza no uso da subtilidade, para quem a exuberância pode parecer ofensiva. Verificaremos como a discriminação política contra povos ou contra grupos culturais se naturaliza aos olhos do senso comum, bem como das ciências sociais. A recente descoberta de um centro cerebral de reconhecimento da face pode ajudar a reconhecer a centralidade dos estudos da face, a par da linguagem, para as ciências sociais. Sobretudo indispensável na época dos écrans e dos primeiros planos sobre a face, quando o poder mediático se confunde com o poder estatal.

Como numa época em que se sabe de tudo o que se passa no mundo e que a paz e a democracia são desejos praticamente consensuais, os riscos de autodestruição da nossa

civilização e do próprio planeta não param de nos ameaçar? Que características humanas fundam tal situação? Podem ser usadas de outra maneira?

Disto se tratará de seguida.

## Discriminação internacional

Os povos do sul da Europa são conhecidos por serem particularmente expressivos. Gestos largos e altas vozes ocupam o espaço público de forma inconveniente para os hábitos nórdicos. Gestos e vozes emocionais, apaixonadas, diz-se, em contraste com a contenção nórdica, tida como sinal de racionalidade e frieza de cálculo. O texto mais conhecido de Max Weber (2005) faz da racionalidade capitalista um resultado da reforma religiosa protestante. Oferece prestígio científico a este motivo de discriminação social norte-sul, ainda hoje usado na política europeia. Trata-se de uma versão da oposição *hobbessiana* entre a contenção estratégica dos mais poderosos e suas instituições, em contraponto com a violência desorganizada, sem sentido útil, dos mais fracos, sejam eles estados ou povos discriminados.

Na sequência da crise de 2008, a política alemã tornou-se conhecida por usar, com sucesso, o estigma *weberiano*, com mais de um século de existência. Foi assim que se explicou aos europeus a mudança operada em 2010 na estratégia da União Europeia, para políticas de divergência de indicadores nacionais. Instalou-se um sistema de resgate público do crédito mal-parado autorizado pelos bancos privados, e a exploração política e financeira da dívida dentro da União Europeia (a favor dos mais ricos, claro). O argumento moralista foi mobilizado em primeira linha: as cigarras sulistas deveriam ser obrigadas a pagar as dívidas às formigas do Norte, já! Recriou-se uma hierarquização de hábitos culturais que discriminaram, no Norte da Europa, os vícios romanos e católicos. Naturalizou-se a superioridade de uns em relação aos outros, em nome dos valores da modernidade, da racionalidade, da confiança na finança, entretanto falida. E funcionou.

Qual o papel da face, dos usos culturais da face, nesse tipo de processos? Quem deu a face? Quem (não) sentiu vergonha na cara? Quem foi discriminado?

Vimos anteriormente (Dores, 2013) como a face, por ser uma interface entre o mundo interior orgânico e o mundo social exterior, é, à uma, central na actividade quotidiana, na determinação do estado mental e da identidade das pessoas com quem nos cruzamos, e ignorada pelas ciências sociais. Uma fronteira do conhecimento quase virgem, onde não há bússola nem instrumentos legalmente reconhecidos. Não há ideia clara de como as faces representam e transmitem mensagens simbólicas. Mas é isso que acontece quotidianamente, como todos sabemos por experiência: cada um de nós lê as faces alheias e interpreta dos seus sinais aquilo que sabe e pode: medo, confiança, arrogância, tranquilidade, afabilidade, ternura, etc. Como o faz, só agora começa a ser desvendado pelas ciências da face.

As faces nórdicas, ensinadas a ficar fechadas, fazem com pequenos trejeitos tudo o que necessitam para comunicar. As faces mediterrânicas aprenderam a falar gestualmente para se fazerem entender, para lá ou em cima da linguagem oral. Quando se encontram uns e outros, os nórdicos cansam-se. Por falta de hábito. Sentem-se confundidos com o excesso de comunicação. Não estão habituados a tratar tanta informação. Receiam ser enganados e reclamam contra isso. Os mediterrânicos desconfiam das intenções (belicistas?) das faces

fechadas. São incapazes de reconhecer nos trejeitos subtis, cheios de significado para os nórdicos, qualquer forma de comunicação efectiva, voluntária.

Uma forma de combater a legitimação das discriminações equivocadas são os encontros face-a-face. Quando as pessoas se autorizam, e são autorizadas, a desenvolver empatia com quem é discriminado. Como na justiça restaurativa ou nas comissões de verdade e reconciliação. Como os Erasmus e as viagens ao estrangeiro para aprender as culturas locais.

## Comunicação e a face

Tal como ao conduzir automóveis, há ângulos cegos na nossa visão de retrovisor, também as nossas consciências são susceptíveis a ângulos cegos. Os estudos da face procuram colmatar alguns desses ângulos cegos da consciência comum e também das ciências. Uma sociologia atenta às percepções discriminatórias das faces, geralmente usadas de forma naturalizada, sem nos darmos conta disso, será uma contribuição para ver melhor.

O caso dos surdos e da linguagem gestual é só um exemplo. Mas revelador. Uma breve apresentação dará conta dos preconceitos sociais não identificados nem contrariados pelas ciências sociais. Do mesmo modo como o estudo da face também se encontra no ângulo cego das ciências. Pura falta de atenção por realidades evidentes e recorrentes, alimentada por e alimentadora de desprezo e falta de conhecimentos.

Em Portugal costuma dizer-se que, conforme a forma como se reclama, pode perder-se a razão. O respeito pela alegada superioridade cultural dos mais poderosos é critério primeiro de comunicação. Sem o qual todo o sentido (intentando pelos discriminados, educados noutras culturas, mal-educados) se desperdiça. Na verdade, na escola, as crianças filhas de famílias com menor escolaridade são desvalorizadas pelo sistema escolar (Bourdieu & Passeron, 1970). Sem que os professores sintam culpa ou responsabilidade. No campo da justiça, não se aceitam petições que não sejam intermediadas por um advogado, um especialista em transformar o caso concreto em caso de direito, sem o que não há consideração possível. Também aqui os advogados e os procuradores fazem o seu trabalho sem sentirem culpas pelas discriminações que criam ou confirmam. Na política, é importante não apenas expressar-se correctamente mas também ter a legitimidade de um curso superior, sem o qual alguns políticos se sentem desconfortáveis. Responsabilidades pelas discriminações são aceites como opções: alguém sempre fica prejudicado com o progresso. Resultado: estão estabelecidas, instituídas, barreiras culturais variadas que tornam os mais desvalidos incapazes da defesa dos seus direitos e da intervenção política formal, democrática.

É neste quadro social que as crianças surdas são afastadas das oportunidades de viverem da melhor maneira as suas vidas. As famílias e as escolas não estão preparadas para trabalhar com língua gestual. Ainda que esta seja, legalmente, uma língua oficial em Portugal.

Quando houver uma solução para esta injustiça social, a face revelar-se-á parte do mundo que vive no ângulo cego do nosso (re)conhecimento. O uso da face é parte importante da linguagem, da comunicação não verbal. Mas é-o, ainda mais, na língua gestual. Já que para os surdos é a vista, e não o ouvido, o sentido dominante na recepção da linguagem.

A importância da face na evolução da nossa espécie está subavaliada. Só recentemente a ciência descobriu haver um centro especializado de identificação de faces no cérebro. A par do centro da linguagem. Embora a sociedade dos ecrãs tenha tido a consequência prática de sobrevalorizar a face na comunicação social, construindo hierarquias de pessoas conforme as suas faces aparecem (e parecem bem ou mal) na televisão, o estudo da face continua a ser subavaliado nos diferentes campos científicos.

## Consciência, a falta dela, e a produção social da discriminação

As pessoas surdas de nascença são um objecto de estudo a destacar no estudo das faces. Dada a sua limitação auditiva e os constrangimentos causados, por isso, na comunicação e na sociabilidade, as faces dos surdos são muito mais expressivas, mutuamente escrutinadas e intensamente trabalhadas. As expressões das faces fazem parte dos símbolos linguísticos usados pelos surdos para comunicar. Dada a ausência do sentido do ouvido, os surdos ficam com os outros sentidos mais desenvolvidos, nomeadamente o da percepção da face. O que temos nós, ouvintes e cientistas, a aprender com os surdos na detecção daquilo que as faces exprimem e podem exprimir?

A surdez aguça os outros sentidos, como a visão e a capacidade de interpretação dos gestos, incluindo dos gestos faciais, que os surdos usam como parte da sua linguagem gestual. Porém, por razões sociais, os surdos são discriminados socialmente. Desqualificados. Como se fossem animais. Como se não tivessem consciência. Como se não pudessem pensar. Apenas porque, como qualquer estrangeiro treinado noutra língua, a sua cultura é diferente. Mais: as suas capacidades inatas de interpretação facial podem ser (e são) diabolizadas por quem se sintam destituído de defesas. Os trejeitos que as faces traem e a cultura escamoteia ficam à vista dos surdos, denunciando o estado de espírito dos interlocutores. As cosméticas usadas entre ouvintes são insuficientes para iludir os surdos.

O facto das discriminações serem inconscientes não quer dizer que não sejam organizadas. Faz parte do funcionamento do ângulo morto da nossa consciência naturalizar, não apenas a discriminação, mas também a repressão contra as pessoas discriminadas. Os britânicos dizem *to blame the victim*. Culpabilizar a vítima. No caso dos surdos, a sociedade acusa-os de serem naturalmente deficientes. O que justificaria todas as discriminações. Nomeadamente, a desvalorização das suas extraordinárias competências para observar as faces.

Alheamento da consciência rima com repressão social e estatal. Na época da afirmação nacionalista dos estados europeus, na era vitoriana, foram fechadas as escolas para surdos e despedidos os professores surdos. Proibida a língua gestual e imposto o oralismo, isto é, a educação forçada das crianças surdas para aprenderem a falar. A cultura surda, a surdidade, alvo de genocídio (Ladd, 2013). Com consequências práticas devastadoras para a autonomia e identidades das pessoas surdas, então como hoje.

Para os ouvintes, incluindo muitos pais de surdos, a condição de exclusão dos surdos parece normal, inelutável. Como um desastre natural. Situação a que não se dedica muita atenção. O que é chocante para os próprios surdos, quando disso tomam consciência. A maioria prefere simplesmente adoptar a explicação naturalista, de facto negacionista, procurando minimizar o sofrimento. Perpetuando-o, todavia, para as gerações vindouras.

Como a memória de um abuso é retraumatizante para as pessoas abusadas, sempre que pensamos, também para os surdos pensar na sua condição de exclusão social é retraumatizante. Muitos aceitam a sua exclusão como destino. Porque quando estão em condições de tomar consciência do que a sociedade fez deles, já é tarde para aprenderem a língua gestual como língua materna. Porque essa consciência se confronta com o amor real e sincero (mas ignorante e mal aconselhado) dos seus progenitores ou cuidadores. Numa retroacção de amor-ódio difícil de gerir.

A cultura ocidental desenvolveu, por razões religiosas e geo-estratégicas, concepções nacionalistas/racistas com que nos debatemos todos. A história recente dos EUA, por exemplo, mostra como o racismo implícito nos debates políticos, apesar do politicamente correcto, condiciona a vida de todos os americanos (AAVV, 2014). Quanto mais envolvidos estamos nos problemas, como o racismo, mais difícil é reconhecê-los. Porque naturalizamos os problemas – os negros, como os ciganos, pensamos sem saber porquê, são muitas vezes criminosos. Embora, ao mesmo tempo, isso não se deva dizer (muitos dos ciganos e negros pensam o mesmo) – e, por isso, deixamos de ter capacidade de crítica consciente, reflexiva, fundada na experiência. Ou melhor: estabelecer essa crítica em termos práticos, de modo a evitar as consequências práticas da xenofobia, da desconsideração da humanidade de pessoas que aprendemos culturalmente que se nos opõem e devem ser evitadas, dá muito sofrimento, confusão mental, conflitos, desespero. Implica cansativos estados de alerta e luta.

Uma demonstração cabal deste tipo de limitação da nossa consciência é as representações que fazemos dos surdos e as suas consequências na vida prática. A exclusão dos surdos da vida social e do âmbito da responsabilidade da consciência colectiva é um sintoma, um resultado, da falta de consciência que nos assalta quando enfrentamos o assunto. Facilmente desqualificamos e desconsideramos as pessoas surdas, como desconsideramos ciganos ou negros (ou pobres ou criminosos), aproximando o seu estatuto ontológico do dos animais. São pessoas dependentes, que devemos tratar em privado, como se tratam os animais de estimação. Ou as crianças. Ou os doentes. (Ou os monstros e os anormais (Foucault, 1999)).

O isolamento pessoal a que as sociedades actuais convidam as pessoas, bem visível na solidão dos mais velhos, nas limitações práticas para os cidadãos escolherem os seus melhores representantes, nos desejos auto-punitivos socialmente desenvolvidos em crescendo – desde a punição pela dívida até à punição contra os estrangeiros, liderada actualmente pela administração Trump e pela Europa que pune o Sul, ou contra os traficantes de droga, liderada pelo presidente filipino –, tal isolamento favorece o alheamento. E este favorece a organização impune da repressão. E os três, isolamento, alheamento e repressão, constituem a base do chamado recuo civilizacional em curso. O aumento, em vez da abolição, das discriminações. Atentemos, então, com um pouco mais de atenção ao que se passa com os surdos.

## A condição surda

Em Portugal, os cuidados e as identidades dos surdos são questões ausentes dos serviços e dos estudos sociais. Nos EUA, como contra-exemplo, existem práticas recentemente adquiridas de informar os pais, à nascença de cada criança surda (geralmente filha de pessoas ouvintes), da existência de comunidades Surdas, junto das quais os pais podem aprender o que são as culturas Surdas (com S maiúsculo, para indicar auto-consciência social e pessoal da existência

desse tipo de identidade). E organizar a integração social dos seus filhos surdos em mundos de língua gestual susceptíveis de lhes permitir desenvolver capacidades linguísticas e cognitivas, em termos que permitam a melhor integração social.

Os surdos não são sub-humanos. Embora a surdez seja, hoje, um forte impedimento à participação dos surdos na vida social. Sobretudo quando ela se centra em questões de poder e competição. Nos EUA, foi possível organizar uma universidade para Surdos, mais recentemente dirigida por professores Surdos (Gallaudet University). Em Portugal, os pais não são informados da existência de Surdos organizados e nas universidades não está prevista a presença de surdos. Aos surdos está reservada a falta de autonomia para a vida. A necessidade de tutela de alguém ouvinte. Como se isso fosse inelutável e natural.

Não há nesta atitude social contra os surdos nada de espontâneo. A sociedade moderna organizou-se contra os judeus, os ciganos, os negros, os pobres, e, também, contra os surdos (Ladd, 2013). Existiram e existem conspirações contra as partes da humanidade desqualificadas. É a lei da competição. Os exemplos abundam. Mas estão a coberto do pesado manto da falta de consciência. Mesmo os mais badalados, como a discriminação contra os afro-americanos (DuVerney, 2016), contra os primeiros nativos norte-americanos (“Dakota Access,” n.d.). Muito outros são simplesmente ignorados, incluindo o genocídio arménio na primeira guerra mundial (sobretudo na Turquia), os campos de concentração para os nipo-americanos para vingar o ataque japonês a Pearl Harbor, a luta pela sobrevivência de povos Mapuche no Chile e Argentina ou dos Guaranis no Brasil, ou dos Sarauis do Sahara Ocidental ocupado por Marrocos, etc.

A cobrir as conspirações de silêncio, há programas políticos e de entretenimento que mobilizam os seus apoiantes e clientes através de fumos mais ou menos xenófobos e racistas.

As sociedades aceitam e multiplicam os efeitos dessas conspirações, em particular em torno dos entusiasmos nacionalistas (Palidda & Garcia, 2010). A ponto dos racistas poderem dizer, sem mentir completamente, que eles se limitam a exprimir em voz alta sentimentos que as outras pessoas, menos corajosas, também sentem mas preferem calar. Há mesmo quem tenha feito, e faça, dessa “coragem”, dessa dureza, campanha eleitoral. E vença eleições democráticas.

## Diferentes capacidades e competências da consciência

Os surdos são apenas um caso de exclusão social. São pessoas que a sociedade facilmente incapacita. Frequentemente vivem isolados dos próprios parentes mais próximos. Por falta de informação, conhecimentos e apoios sociais adequados, os pais das crianças surdas tratam-nas como deficientes, incapazes, dependentes, por não lhes reconhecerem autonomia para estabelecer relações sociais através das quais conviver e sobreviver autonomamente. Não lhes reconhecem capacidade de comunicação e, portanto, de partilha cultural e cognitiva. Ao viverem nessas circunstâncias os primeiros anos de vida, as profecias auto-realizam-se. Passa o tempo útil para aprender uma língua materna rica, variada e culturalmente densa. As crianças são colocadas face à necessidade de inventar a sua língua gestual pessoas, ensiná-la aos seus próximos e criar um mundo singular, extraordinário de energia, mas fechado em si mesmo (Lebedeff & Rosa, 2013). Apesar do enorme esforço pessoal, claro, o desenvolvimento cultural

e cognitivo da criança fica limitado para sempre. A língua gestual falada por uma comunidade Surda será sempre a sua segunda língua. A herança cultural desenvolvida pela Surdidade, a cultura Surda, não tem modo de recrutar os seus praticantes naturais entre as crianças que nascem surdas (por falta de informação e disponibilidade dos serviços sociais do estado). As crianças surdas vivem como órfãos culturais. Como excluídos sociais. Auto-didactas, sem memória social. Excluídas da participação e da intervenção sociais.

Os surdos não levantam problemas às sociedades. Não se revoltam. A sua organização é difícil. São apenas negligenciados. O estado português reconhece a língua gestual como uma língua oficial. Mas quem sabe disso?

Sabemos hoje que a evolução da espécie humana desenvolveu no nosso cérebro centros especializados na linguagem e na interpretação de faces, com relações desconhecidas entre si. Como também não se conhecem as relações entre estes centros cerebrais especializados e os neurónios espelho, espalhados pelo corpo, que nos obrigam/permitem copiar inconscientemente comportamentos alheios. Nem as relações entre o centro de linguagem e as formas de expressão, em particular a oral e a gestual.

Os centros de linguagem e identificação de faces são resultado de evoluções na configuração do cérebro humano. São plásticos. Evoluem socialmente. E evoluem também durante a vida de cada cérebro. Por isso, cada criança não tem duas oportunidades para instalar, digamos assim, uma língua materna. Para muitos surdos, a língua gestual é já uma segunda língua. Perderam os primeiros tempos de vida a inventar formas de comunicar individuais com as pessoas cuidadoras. Por toda a vida, a plasticidade da linguagem não adquirida no berço ficará indisponível e a fazer falta. A profecia da deficiência concretiza-se, como numa conspiração de que não tomamos consciência. Não tomamos consciência das políticas discriminatórias impostas no passado e que ainda produzem os seus efeitos hoje. Continuam a produzir esses efeitos porque não houve, entretanto, nenhuma política de reversão das discriminações contra os surdos. Ser discriminado não é natural. É uma construção social. Actualizada inconscientemente.

Sabemos que os usos que cada pessoa faz das evoluções do cérebro humano são muito diferentes. A respeito da decifração de faces, por exemplo, sabe-se hoje que há quem espontaneamente memorize a estrutura identitária de uma face para sempre, espontaneamente. E há quem seja incapaz de qualquer memorização, por curto espaço de tempo que seja. O que implica aprendizagens de formas de sociabilidade muito distintas.

Quem se recorda das faces das pessoas, apesar de não as ver há muito tempo, dá um ar de familiaridade estranho. Quem vive com a memória das faces permanentemente disponível na mente, aprende a evitar emitir sinais de familiaridade. Por experiência própria, aprendem que essas familiaridades são mal recebidas e mal-entendidas pela maioria das pessoas.

Por exemplo, quando alguém se nos dirige como se tivéssemos convivido há pouco tempo, sabendo nós que não é o caso, somos culturalmente levados a pensar que se pode tratar de alguém que se declara a nós. Ou que nos quer enganar, manifestando uma falsa proximidade. Quem reconhece faces com facilidade terá de aprender a regular essa sua característica, para evitar más interpretações.

Do mesmo modo, aqueles que não reconhecem a face, mesmo das pessoas com quem acabaram de falar (basta desaparecerem do seu campo de visão para não as conseguir

identificar como a mesma pessoa) aprenderam a disfarçar essa sua característica. Sorriem abundantemente para seja quem for. Aprendem a defender-se, sendo as pessoas mais simpáticas do mundo. Para evitar dar o ar de uma frieza estranha.

Há características específicas, além da surdez, que condicionam a capacidade de comunicação. Quem não é capaz de memorizar a identidade de um interlocutor, através do reconhecimento da sua face, tem sempre novos interlocutores com quem comunica e nunca tem possibilidade de dar continuidade a uma conversação. Essas pessoas, como os surdos, tentam passar despercebidas e expor o menos possível as suas fragilidades. Afinal como todas as pessoas. Pois a experiência mostra que os seres humanos não têm compaixão para com os mais fracos (Collins, 2013).

Vale a pena insistir nesta reflexão. O centro cerebral de leitura das faces só muito recentemente foi identificado pela ciência. As pessoas com as maiores capacidades de leitura da face, bem como as pessoas incapazes de usar esse centro de leitura, foram capazes de esconder essas suas características dos médicos e dos cientistas (e estes foram incapazes de darem atenção aos sintomas que diferenciavam os seus doentes neste aspecto). Assim evitam ser alvo de discriminações. Todas as pessoas, com toda a probabilidade, usam de forma mais ou menos eficaz e intensa múltiplas formas tácitas, incorporadas, inconfessáveis, incluindo para si mesmas, de evitar serem alvo de discriminações sociais. Simplesmente adaptam-se à vida social. Escondem as suas diferenças, em vez de as valorizar.

O cérebro social (Brothers, 1990) usa o reconhecimento da face para gerir a confiança e os laços sociais alargados. A atração facial, especialmente motivada por semelhanças anatómicas, favorece sentimentos de confiança (DeBruine, 2002) e cria ambiente positivo para a valorização da conformidade como recompensa (Klucharev, Hytonen, Rijpkema, Smidts, & Fernandez, 2009). A apresentação de primeiros planos sobre a face das pessoas que se banalizou nas televisões podem ter efeitos relevantes, tanto a nível político como a nível cognitivo (Desmurget, 2012). Ao mesmo tempo que podem tornar os defeitos da face e dos corpos, como as rugas, as formas ou os pelos, tão indesejáveis no écran como na vida quotidiana (sentem-no de modo mais intenso as mulheres, os metrossexuais e os cirurgiões plásticos). O excesso de estimulação pelos écrans pode inibir as disposições de participação social e relativizar o debate de ideias (o fim das ideologias, de que falou Fukuyama). Concentrados nos cuidados a ter consigo, estimulados pela propaganda consumista, e conscientes das suas limitações num mundo altamente competitivo, as pessoas podem sentir-se esmagadas pela superioridade dos seus heróis mediáticos, de que tão bem conhecem as faces e a capacidade de comunicação. Podem identificar-se com eles, mesmo contra os seus interesses pessoais. Podem reconhecer no ódio dos discursos xenófobos uma forma de os ajudar a expressar frustrações pessoais. Ao mesmo tempo que julgam suficiente clicar um *like* para combater o racismo.

Abrir espaços para a criatividade e a diferença, em vez da normalização, requer uma nova cultura: a cultura da rede (Castells, 2012). A ciência, em particular a ciência da face, pode contribuir para abrir espaços novos de afirmação da diferença e de luta contra a discriminação. Para benefício de todos, através do enriquecimento do cérebro social. Mas a tarefa será controversa. Os tempos que vivemos são duros. Requerem uma determinação excepcional.

Nos EUA, as campanhas presidenciais, desde os anos setenta do século XX, passaram a incluir a prioridade ao tema lei e ordem (troca de liberdade por segurança), cuja finalidade mais popular era e é combater a emancipação dos escravos libertos no século anterior. Com a



abolição da escravidão, o sistema criminal penal passou a ser usado no sul dos EUA para recrutar mão-de-obra praticamente escrava entre os negros (Blackmon, 2009). Esse sistema evoluiu para o sistema de segregação racial (Alexander, 2010) contra o qual se levantaram os movimentos cívicos, simbolizados pela figura de Martin Luther King Jr. e o partido dos Panteras Negras, nos anos sessenta. O primeiro foi assassinado e transformado num ídolo. Os segundos censurados e reprimidos com extrema dureza – de que é símbolo Mumia Abu Jamal. Ao mesmo tempo, o proibicionismo foi mobilizado pelo estado federal norte-americano (Woodiwiss, 1988) como forma de retomar, de outra forma, a discriminação racial tradicional (DuVerney, 2016). Na verdade, um modo de produção de discriminação que estados em todo o mundo adoptaram, para dividir e reinar. A ONU adoptou e generalizou a guerra contra as drogas. A sobrepopulação penitenciária, desde essa época, não parou de ser um problema em quase toda a parte do mundo (Coyle, Fair, Jacobson, & Walmsley, 2016).

Esta história, apesar de duramente real por ser causa de intenso sofrimento das populações, é mais uma vez ignorada, escamoteada, iludida. Foi com surpresa e genuína ignorância que os próprios afro-americanos receberam as notícias de Ferguson (AAVV, 2014). Com um presidente negro, o racismo, pensavam e desejavam muitos, seria uma questão do passado. Não se quiseram (nem tinham energias para se dar conta) que era uma questão do futuro. Como a nova sensibilidade dos jornalistas pelas mortes de afro-americanos por policiais veio a revelar (a somar às estatísticas que mostraram continuidade nos números de incidentes nos últimos anos). E, sobretudo, como veio a tornar evidente a eleição do presidente Trump.

Os afro-americanos são tão susceptíveis a apoiar a guerra contra as drogas e contra o crime como as outras comunidades norte-americanas. Até porque no seu quotidiano sofrem mais com isso que outros grupos sociais. Não têm consciência de serem eles uns dos alvos privilegiados das políticas de criminalização das drogas. Apesar dos números desproporcionados de prisioneiros ser evidente: 5% da população mundial (EUA) encarcera 25% dos prisioneiros em todo o mundo. Os afro-americanos são 12% da população e 37% dos presos (Minton & Zeng, 2015).

A consciência espontânea não serve os objectivos anti-discriminatórios, nem oferece a oportunidade de mostrar a outra face (a nossa e a dos outros). Será o método científico capaz de encontrar formas de ultrapassar as barreiras cognitivas construídas pelas políticas discriminatórias (Dores 2016a)?

## Má consciência

Alguns dos beneficiários da mobilidade social ascendente tornam-se aguerridos defensores dos privilégios das classes dominantes, a que esperam servir e de que esperam beneficiar. Algumas pessoas escondem e desprezam intimamente as suas origens, a terra onde nasceram e os próprios pais. Há casos de maus tratos que se repercutem de geração em geração, como se os filhos vingassem nos seus pais velhos aquilo que sofreram ou sofrem. Muitas mulheres batidas pelos seus companheiros aguentam anos a fio situações dessas, sem reclamar. Crianças abusadas amam os seus abusadores e usam os seus valores como referência para as suas vidas. Pessoas sequestradas admiram e protegem os seus sequestradores, conforme descreve a síndrome de Estocolmo.

As vítimas dos privilégios, da precariedade da vida, da violência social, de género ou intergeracional, podem desenvolver reacções miméticas ou contra miméticas. Incorporam as práticas dos seus modelos sociais ou/e desenvolvem emoções de repugnância na presença de

comportamentos que as vitimizam. Fazem-no geralmente de forma passiva, optando por poupar energias que sabem ser necessárias para a sobrevivência. Calam, passam despercebidas e adaptam-se. Excepcionalmente, quando se sentem suficientemente protegidas, podem usar formas proactivas de denunciar as discriminações escamoteadas (Elva & Stranger, 2016). O problema é que sociedades que escamoteiam as discriminações não criam as condições sociais para que mais pessoas adoptem estratégias proactivas de denúncia e abolição das discriminações.

A instabilidade da consciência, esta luta pela sobrevivência, tem efeitos sociais. Por exemplo, quando o Reino Unido entrou na guerra do Iraque, sabe-se que no tempo do anúncio da vontade do governo de Londres de fazer a guerra, a esmagadora maioria da população declarava, aos estudos de opinião, não aprovar a decisão. Quando se tornou um facto o envolvimento do RU na guerra, os registos de opinião inverteram-se: a esmagadora maioria passou a apoiar a guerra. Também a respeito das prisões, quando passam notícias sobre a atrocidades e torturas nas prisões chinesas ou russas, em Portugal, o reconhecimento da veracidade dessas alegações é alto. O mesmo já não se passa com histórias vindas dos EUA, nosso protector geo-estratégico. E menos ainda quando se contam histórias do mesmo género nas prisões portuguesas. As atrocidades nas prisões portuguesas, para os portugueses são, geralmente, sentidas como acusações pessoais e vergonhas que, podendo, preferem negar. Por exemplo, o massacre de Wiriamu, no fim da guerra colonial em Moçambique, apesar da publicidade global que mereceu, incluindo um relatório da ONU, continua a ser um episódio sem memória para os portugueses (como as atrocidades no Timor-Leste são tabu na Holanda, antiga potencia colonial da Indonésia e rival colonial de Portugal).

A memória guarda de forma muito particular as experiências de vida relevantes. Seleccionando-as de acordo com a necessidade de construção e manutenção da identidade pessoal e social de cada um. De acordo com os sentimentos, incluindo as ideologias adoptadas. De modo económico, no aspecto de consumo de energias. Preferimos não nos ocupar de discriminações, se não sentirmos força e esperança social suficientes para transformar o mundo.

Aquilo que ponha em causa a sobrevivência, como a fome ou o medo, uma vez instalado na vida prática ou apenas no centro da conversa, torna a consciência num instrumento de mera sobrevivência. Com fome, as pessoas não saboreiam a comida que ingerem (Caparrós, 2014). Com medo, as pessoas ora suspendem a actividade ou se atiram para a acção, como heróis. Na guerra, o mesmo medo faz com que a maioria dos combatentes não combata (Collins 2008:53-57), e de alguns poucos cometam actos de bravura.

Na guerra ou nas prisões ou em família, as pessoas podem partilhar, de bom grado e boa consciência, os valores e as intenções de opressores e abusadores. Literalmente são incapazes de tomar conhecimento das atrocidades que se cometem (ou de que são autores) apesar das evidências. A consciência não se coordena com os sentidos. Ou melhor, bloqueia e condiciona os sentidos, seleccionando aquilo de que se aceita tomar conhecimento entre aquilo que é observado. Como os médicos ou a ajuda humanitária fazem com as vítimas que não podem ajudar.

Um preso no corredor da morte, na Califórnia, recordava, sem ironia, o facto de ter votado a favor da reintrodução da pena de morte, aquando do referendo sobre o assunto. Houve imigrantes com nacionalidade recém-adquirida que votaram em Trump, por partilharem com ele a vontade de expulsar os imigrantes que não tenham nacionalidade norte-americana.

## Difusão da consciência colectiva

Há pessoas com capacidades particulares de comunicação. Uns tornam-se profissionais. Comunicadores ou políticos. Carismáticos. Usam as capacidades dos seus centros cerebrais especiais de linguagem e de reconhecimento de faces. E, para além da educação, treino e posição social, beneficiarão (ou não?) de capacidades inatas para sintonizar com as outras pessoas, pessoalmente ou através de meios de comunicação social.

A gestão de conflitos e a organização, as principais funções sociais da comunicação e da política, são, em larga medida, uma gestão e organização de identidades (heranças, posições e expectativas) das partes envolvidas. Identidades de género e identidades hierárquicas. Há que encontrar formas de ultrapassar ou manter escamoteadas as razões e as situações, históricas e actuais, que provocam má consciência. Ajustamentos entre as posições e as expectativas.

As vidas das pessoas e das sociedades, privadas ou públicas ou colectivas, dependem da integridade das respectivas identidades, da estabilidade relativa das consciências, da confiança em manter à distância as razões de instabilidade pessoal e social. O caos tem de aparecer como cosmos. O acaso terá que parecer previsível. Há linhas vermelhas para a instabilidade e o caos que põe em causa (a face de) as pessoas. Que as envergonham ou as diminuem de forma intolerável. Há necessidade de tempo e de condições sociais (terapêuticas, familiares, laborais, políticas) para trabalhar as transformações necessárias à adaptação pessoal e social a novas circunstâncias.

À representação do estado (controlado) dos conflitos costuma chamar-se poder. O poder, como as organizações, desenha-se como uma pirâmide. E, na era dos écrans, a face televisonada em primeiro plano é a expressão do poder típica da nossa era (Alexander, 2011).

As sociedades modernas polarizam quadros de orientações para entender o poder e organizar a instabilidade. Conforme Hobbes ou Maquiavel o fazem, de modo cínico e frio, ao lado dos príncipes. Ou conforme Rousseau ou Kant o fazem, de um modo ingénuo e crente nas potencialidades humanas.

Um quadro *hobbesiano*, segundo o qual todos os que parecem criminosos (como os pré-delinquentes, os delinquentes, os *borderline*, os acusados judicialmente, os presos, os habitantes de bairros de má fama, etc.), na dúvida, devem ser mantidos à distância. Para que não haja dúvidas. Para que ninguém, a começar pelos dirigentes, não tenham dúvidas sobre o estado da sua segurança. Para ignorem as dúvidas. E as fazer desaparecer das consciências.

Outro quadro de representação das sociabilidades, usado sobretudo a pensar na valorização do feminino, das crianças ou dos idosos, dos menos poderosos, centra-se na figura da vítima, qual bom selvagem *rousseano*. São vítimas das ambições alheias de poder. Mas também são vítimas da sua própria má consciência, da inconsciência herdada e congeminada, da falta de capacidade crítica. Contra as quais dá muito trabalho levantar-se (Gil, 2004).

Simbolicamente, são (somos) vítimas do pecado original dos nossos antepassados. Vítimas do destino e da predestinação. Vítimas paradoxais do misterioso milagre da sobrevivência da espécie, sem o qual não existiria consciência. Vítimas também, numa versão economicista do *Genesis*, da escassez de recursos que implica escolhas económicas e morais privilegiando poucos, para benefício de todos, no futuro (Morris, 2016; Novak, 2000).

Nas últimas décadas, estados de espírito contraditórios, descritos por Robert Louis Stevenson no seu romance *Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, invadem as sociedades. Há sinais de revolta das vítimas (Wieviorka 2005:81-108). Reclamam direitos iguais e protecções especiais, em função das suas circunstâncias. A expectativa de igualdade tem favorecido a tomada de consciência de muitas fontes de desigualdades e discriminações anteriormente não reconhecidas. E mobilizado recursos materiais e cognitivos para que se possa começar a evitar processos de vitimação e de encobrimento de discriminações. Ao mesmo tempo, em paralelo, trocam-se liberdades por segurança, numa escalada de tensão que não augura nada de bom. E agrava ou cria novas discriminações.

Cabe à teoria social aprender a dar conta da volubilidade dos estados de espírito, tanto a nível pessoal, como institucional e mais geral, em toda a sociedade. Ao mesmo tempo dar conta a sua perenidade durante épocas que duram várias décadas. Há momentos em que se vê claro as discriminações e a necessidade de as abolir. Noutros momentos, por vezes próximos dos primeiros, os preconceitos, uns tradicionais e outros criados recentemente, revelam o lado predador das pessoas e das sociedades. Há épocas em que predomina a luta contra as discriminações, épocas de paz. E há épocas em que predominam a produção e uso de discriminações, épocas de guerra.

## Estados de espírito

Este estudo da (in)consciência pessoal e social das discriminações que se expressa em faces de paz e guerra, em faces tranquilas e faces com dentes cerrados, continua estudos anteriores das expressões de confiança, tão importantes nos processos de construção da justiça (Dores 2016). Prossegue o desenvolvimento da concepção sociológica da face como forma, ao mesmo tempo, social e biológica. Expressão do encontro de processos ondulatórios de incorporação e corporização (Dores, 2013), reflexo da recursividade que caracteriza a espécie humana (Corballis, 2011) e da experiência individual resultante dos usos e das competências de orientação pessoais e sociais (Dores 2016).

A face exprime de forma particularmente intensa a instabilidade da vida. Ao mesmo tempo que faz parte dos processos homeostáticos, a níveis biológico, social e doutrinário. As más disposições, as simpatias, a determinação, por exemplo, expressam-se e reforçam-se nas faces das pessoas, de quem podem partir e a quem podem atingir por efeito de difusão, através de ondas sociais de mimetismo (Alberoni, 1989; Collins, 2005). Ondas de liberdade e ondas securitárias são sentidas por todos, mas não estão identificadas nem estudadas pela ciência.

Para dar unidade ao caos, a física usa a ideia de átomo. A medicina usa a noção de homeostasia. A finança usa a noção de confiança. A sociologia poderia usar a noção de estados de espírito, ora solidário ora discriminatório. O estado de espírito é uma configuração emocional que dá unidade à convergência entre o biológico, o social e o doutrinário. Estados de espírito volúveis e instáveis, mas também, eventualmente, longamente persistentes, como as discriminações contra os surdos ou nas caracterizações históricas das várias épocas.

O estado de espírito a caracterizar pela sociologia (Dores, 2009, 2010a, 2010b) pode estabelecer a comunicação entre conceitos entretanto separados, como a homeostasia na

saúde, a *doxa* na cultura, a sincronização na história, o conhecimento tácito na educação politécnica, o pensamento da pessoa comum no direito, etc..

Ao mesmo tempo que é um instrumento de diálogo interdisciplinar, o estado de espírito é um instrumento de descoberta e denúncia de discriminações naturalizadas. O carácter dos povos, a surdez entendida como deficiência, o proibicionismo das drogas, são construções sociais sobretudo discriminatórias. Tudo construções culturais reversíveis, assim haja abertura de espírito para as identificar como tal. Pois a observação empírica não poderá deixar de notar a intrínseca complexidade, instabilidade e plasticidade das pessoas, das instituições e das sociedades. Para o melhor e para o pior.

Um outro exemplo de processo organizado de discriminação é o rigor na avaliação dos projectos e do desempenho dos trabalhadores (Cicourel, 2013; Dubois & Lagroye, 2015; Guittet & Brion, 2017). O espírito de avaliação produz instrumentos, regras e consequências de avaliação que só valem para os trabalhadores e empreendimentos submetidos. Como acontece com as regras financeiras da União Europeia: só se aplicam aos países menos poderosos. Mas não valem para a banca ou para outras instâncias de poder “demasiado grandes para falir” e para avaliar. As regras que prometem assegurar a atribuição de mérito a quem o tenha, não valem para os decisores que controlam os sistemas de avaliação. (O estado de espírito desdobra-se em dois: intolerante com os fracos e tolerante com os fortes).

Os fortes aprendem a dar a cara em público e a proteger-se dos riscos associados – criando distâncias entre si e os seus súbditos ou subordinados. Os fracos temem dar a cara e preferem calar as discriminações de que são alvo, por conhecem os riscos de retaliação que isso implica.

Wacquant (2013, 252) usa a imagem do centauro, em que os de cima são tratados como gente e os de baixo são desqualificados da sua humanidade, da sua confiabilidade. Representa assim o aumento das desigualdades sociais das últimas décadas. E representa também, embora não o tenha destacado, a presença das faces de uns, em contraste com a ausências das faces dos outros. Que, assim, deixam de estar presentes nas nossas consciências individuais e colectivas.

Tal como o estudo das expressões faciais e pessoais, o estudo de estados de espírito serve para explorar e identificar fenómenos que ocorrem, de forma contraditória, em diversos níveis e tempos sociais, por vezes estreitos e passageiros, outras vezes alargados e persistentes. Faces e estados de espírito são alvos de maior ou menor capacidade de reconhecimento e interpretação (haverá um centro cerebral dedicado ao reconhecimento do carácter das pessoas pela observação da face e do seu estado de espírito?). Será que um dia a ciência será capaz de ajudar à partilha das melhores dessas capacidades desigualmente distribuídas pelas pessoas? Disponibilizando-as de forma segura para benefício de todos? Nomeadamente combatendo as discriminações e as ondas sociais discriminatórias através da disponibilização de modos científicos de caracterização do sentido das expressões da face e dos estados de espírito associados? Ou simplesmente, promovendo encontros face a face, para ultrapassar sistematicamente problemas de discriminação social?

Bibliografia:

- AAVV. (2014). Ferguson unrest. Retrieved from [https://en.wikipedia.org/wiki/Ferguson\\_unrest](https://en.wikipedia.org/wiki/Ferguson_unrest)
- Alberoni, F. (1989). *Génesis*. Lisboa: Bertrand.
- Alexander, J. C. (2011). *Performance and Power*. NY: Polity.
- Alexander, M. (2010). *The New Jim Crow - Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. NY: The New Press.
- Blackmon, D. A. (2009). *Slavery by another name : the re-enslavement of black americans form the civil war to World War II*. NY: Anchor Book.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La Reproduction : éléments d'une théorie du système d'enseignement*. Paris: éditions de Minuit.
- Brothers, L. (1990). The social brain: A project for integration primate behavior and neuro-physiology in a new domain. *Evolution and Human Behavior*, (29), 179–188.
- Caparrós, M. (2014). *A Fome*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Castells, M. (2012). *Redes de Indignación y Esperanza*. Madrid: Alianza.
- Cicourel, A. (2013). *The Social Organization of Juvenile Justice*. London: Transaction Publishers.
- Collins, R. (2005). *Interaction Rituals Chains*. Princeton: Princeton University Press.
- Collins, R. (2008). *Violence: A Micro-sociological Theory*. Princeton: Princeton University Press.
- Collins, R. (2013). Micro and Macro sociological causes of violent atrocities. *Sociologia Problemas E Práticas*, (71), 9–22. <https://doi.org/10.7458/SPP2013712327>
- Corballis, M. C. (2011). *The Recursive Mind – The Origins of Human Language, Thought, and Civilization*. Princeton: Princeton University Press.
- Coyle, A., Fair, H., Jacobson, J., & Walmsley, R. (2016). *Imprisonment worldwide - The Current Situation and an Alternative Future*. London: Policy Press.
- Dakota Access. (n.d.). Retrieved February 18, 2017, from <https://dapipelinefacts.com/>
- DeBruine, L. M. (2002). Facial resemblances enhances trust. In *Proceedings of the Royal Society of London Series B-Biological Sciences*, 269 (pp. 1307–1312).
- Desmurget, M. (2012). TV Lobotomie : La vérité scientifique sur les effets de la télévision. France: Forum Social Local du Morbihan. Retrieved from <http://www.informaction.info/video-science-technologie-tv-lobotomie-la-verite-scientifique-sur-les-effets-de-la-television>
- Dores, A. (2013). The brain, the face and emotion. In A. Freitas-Magalhães, C. Bluhm, M. Davis, & (Eds.) (Eds.), *Handbook on facial expression of emotion* (pp. 129–181). Porto: FEELab Science Books. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10071/6793>
- Dores, A. (2016). Trust and the face. In A. Freitas-Magalhães (Ed.), *Emotional*

- expression: The brain and the face* (Vol. 8, pp. 205–231). Porto: FEELab Science Books.
- Dores, A. P. (2009). *Espírito de Submissão*. Coimbra: Fundação Caloust Gulbenkian/Coimbra editora.
- Dores, A. P. (2010a). *Espírito de Proibir*. Lisboa: Argusnauta.
- Dores, A. P. (2010b). *Espírito Marginal*. Lisboa: Argusnauta.
- Dores, A. P. (2016a). A discriminação contida na teoria social. *O Comuneiro*, (23).
- Dores, A. P. (2016b). The time and the face. In A. Freitas-Magalhães, C. Bluhm, M. Davis, & (Eds.) (Eds.), *Handbook on facial expression of emotion (II)*. Porto: FEELab Science Books.
- Dubois, V., & Lagroye, J. (2015). *La vie au guichet: administrer la misère*. Paris: Éditions Points.
- DuVerney, A. (2016). *No Title - documentary about mass incarceration*. USA: Netflix. Retrieved from <http://www.alluc.ee/l/13th-2016-WEBRip-x264-FGT/uyiu0vri>
- Elva, T., & Stranger, T. (2016). Our story of rape and reconciliation. Retrieved February 10, 2017, from [http://www.ted.com/talks/thordis\\_elva\\_tom\\_stranger\\_our\\_story\\_of\\_rape\\_and\\_reconciliation?utm\\_campaign=social&utm\\_medium=referral&utm\\_source=facebook.com&utm\\_content=talk&utm\\_term=global-social issues](http://www.ted.com/talks/thordis_elva_tom_stranger_our_story_of_rape_and_reconciliation?utm_campaign=social&utm_medium=referral&utm_source=facebook.com&utm_content=talk&utm_term=global-social%20issues)
- Foucault, M. (1999). *Les anormaux*. Paris: Gallimard, Le Seuil.
- Gil, J. (2004). *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio de Água.
- Guittet, E.-P., & Brion, F. (2017). The New Age of Suspicion. In A. Zevnik, E.-P. Guittet, & E. Eklundh (Eds.), *Politics of Anxiety*. Rowman & Littlefield International.
- Klucharev, V., Hytonen, K., Rijpkema, M., Smidts, A., & Fernandez, G. (2009). Reinforcement learning signal predicts social conformity. *Neuron*, (61), 140–151.
- Ladd, P. (2013). *Em Busca da Surdidade 1 - Colonização dos Surdos*. Surd´Universo.
- Lebedeff, T., & Rosa, F. (2013). Quando eu era criança sinalizava assim: Memórias de um sistema de sinais caseiros convencionado na infância de um casal de irmãos surdos. In O. Coelho & Mk. Klein (Eds.), *Cartografia da Surdez. Comunidades, Línguas, Práticas e Pedagogias*. Porto: Livpsic.
- Minton, T. D., & Zeng, Z. (2015). *Jail Inmates at Midyear 2014*. Washington. Retrieved from <https://www.bjs.gov/content/pub/pdf/jim14.pdf>
- Morris, I. (2016). *Guerra! Para que serve? – o Papel do Conflito na Civilização, dos Primatas aos Robôs*. Lisboa: Bertrand.
- Novak, M. (2000). Defining Social Justice. *First Things*, (108). Retrieved from <http://www.calculumus.org/lect/FilozGosp04-05/novak.html>
- Palidda, S., & Garcia, J. Á. B. (2010). *Criminalización racista de los migrantes en Europa*. (S. Palidda & J. Á. B. Garcia, Eds.). Granada: Comares Editorial.

- Wacquant, L. (2013). The weeding of workfare and prisonfare in the 21st century: responses to critics and commentators. In P. Squires & J. Lea (Eds.), *Criminalization and advanced marginality – Critically exploring the work of Loïc Wacquant* (pp. 243–258). Bristol.
- Weber, M. (2005). *Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Londres e NY: Routledge. Retrieved from [http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/1095/The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism.pdf](http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/1095/The%20Protestant%20Ethic%20and%20the%20Spirit%20of%20Capitalism.pdf)
- Wieviorka, M. (2005). *La Violence*. Paris: Hachette Littératures.
- Woodiwiss, M. (1988). *Crime, Crusades and Corruption - Prohibitions in the United States, 1900-1987*. London: Piter Publisher.